

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GOVERNO DOS MUNICÍPIOS**

**MODELO 8 - ACOMPANHAMENTO DAS DETERMINAÇÕES DO TCE PELO CONTROLE INTERNO**

Município: SÃO GONÇALO			Exercício: 2024
RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO: CONTROLE INTERNO			
DETERMINAÇÕES	AÇÕES/PROVIDÊNCIAS	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	CATEGORIA
<p><b>DETERMINAÇÃO N.º 1</b> Aprimorar o planejamento, de forma a cumprir as metas previstas no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias, em face do que estabelece o inciso I do artigo 59 da Lei Complementar Federal n. 101/00.</p>	<p>Fora encaminhado Ofício Circular para todas as unidades orçamentárias e para a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Município. Ao que, a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, informou que vem trabalhando reiteradamente para instruir e orientar os representantes orçamentários e ordenadores de despesas de todas unidades, na fase de elaboração das propostas orçamentárias setoriais, e nas questões que envolvem planejamento das políticas públicas com metas para a execução orçamentária.</p>	SEMFA E DEMAIS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	PARCIALMENTE IMPLEMENTADA
<p><b>DETERMINAÇÃO N.º 2</b> Providenciar a regularização dos critérios e exigências estabelecidos na Lei n. 9.717/98 para fins de emissão do CRP, de modo que o Município não fique impossibilitado de receber transferências voluntárias de recursos pela União, impedido de celebrar acordos, contratos, convênios ou ajustes, contrair empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da Administração direta e indireta da União, bem como por instituições financeiras federais e de receber os valores referentes à compensação previdenciária devidos pelo RGPS.</p>	<p>O Município de São Gonçalo ajuizou Ação Judicial no ano de 2020, cujo trâmite ocorreu na 3ª Vara Federal de São Gonçalo sob o nº 5004106-96.2020.4.02.5117/RJ, onde se questionou a validade dos critérios definidos pela Lei nº 9.717/98 e seus Decretos regulamentadores exigidos para a obtenção do CRP pelo ente federativo.</p> <p>Em 19/10/2020, no bojo da referida ação, foi proferida Sentença de mérito, acolhendo-se os pedidos autorais, com base em entendimento do STF firmado no sentido de que a União teria extrapolado a sua competência de legislar a matéria previdenciária, através de normas gerais, ao definir critérios aos demais entes federativos para a obtenção do Certificado de Regularidade Previdenciária.</p> <p>Frisou o magistrado em sua decisão, que “a existência de acórdão plenário do STF, com declaração incidenter tantum de inconstitucionalidade, torna ociosa qualquer discussão adicional e impõe o acolhimento do pedido”. Registre-se que tal decisão foi confirmada em segunda instância, por unanimidade, através de acórdão proferido em 07/06/2021 pela 6ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região.</p> <p>Diante do exposto, percebe-se que as exigências veiculadas pela Lei nº 9.717/98 foram afastadas por duas decisões judiciais pela inconstitucionalidade. De todo modo, um dos principais critérios exigidos para o CRP, é a instituição de um Plano de Custeio que efetivamente cubra o déficit atuarial do órgão. Tendo a municipalidade criado uma Comissão da administração direta para estudos e suporte à criação de um novo plano de custeio que seja efetivo e que propicie o equacionamento do déficit atuarial do IPASG.</p>	IPASG	NÃO IMPLEMENTADA

<p><b>DETERMINAÇÃO N.º 3</b>  Promover o equilíbrio financeiro do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos nos termos do art. 9º, § 1º, da EC n. 103/19 c/c a Lei Federal n. 9.717/98, organizando seu regime próprio com base em normas de atuária que busquem o equacionamento do déficit apresentado.</p>	<p>Comparando a arrecadação do RPPS Municipal de São Gonçalo através das contribuições previdenciárias e compensação previdenciária com as despesas do órgão, sobretudo com a folha de pagamento de benefícios previdenciários, haverá um déficit financeiro mensal, já que os valores arrecadados não são suficientes para arcar com os benefícios concedidos.</p> <p>Tal déficit, mensalmente, é apresentado para a Administração Direta através de Ofício e, durante todo o ano, a Prefeitura de São Gonçalo o supriu por meio do adiantamento do pagamento do Parcelamento previdenciário firmado em gestões anteriores para quitar contribuições não repassadas no tempo correto.</p> <p>Desta forma, não houve déficit financeiro real, uma vez que todas as despesas do RPPS Municipal foram pagas mensalmente através dos valores repassados pela Prefeitura, incluindo o pagamento do parcelamento previdenciário. Inclusive, foi gerado um superávit financeiro ao fim do exercício, considerando que havia sobras ao final, que foram investidas no patrimônio do órgão.</p>	IPASG	IMPLEMENTADA
<p><b>DETERMINAÇÃO N.º 4</b>  Observar o fiel cumprimento das determinações exaradas por esta Corte de Contas</p>	<p>O Órgão Central de Controle Interno tem se empenhado no sentido de que as providências cabíveis e necessárias, por parte de cada unidade envolvida, sejam tomadas em sua totalidade para o cumprimento das determinações exaradas por essa Egrégia Corte de Contas.</p>	SEMRI	IMPLEMENTADA

Obs: As ações/providências categorizadas como implementada, parcialmente implementada e não implementada.

Responsável pela Elaboração	Cargo: Secretária Municipal de Controle Interno
Nome: Roberta Fernandes de Oliveira	Data: 14/04/2024
Matrícula: 21.559	Assinatura:
Responsável pelo Controle Interno	CRC-RJ nº 108947/0-7
Nome: Edson Pestana Vieira	Data: 14/04/2024
Matrícula 14.920	Assinatura: <i>Edson Pestana Vieira</i>
Prefeito Municipal	
Nome: Nelson Ruas dos Santos	Data: 14/04/2024
Assinatura:	